



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para professores do
Sistema Prisional

Adriana Maria dos Santos Cardoso.

O PROCESSO AVALIATIVO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL (EJA) DOS ALUNOS PRIVADOS DE LIBERDADE.

Fortaleza- Ceará

2012

ADRIANA MARIA DOS SANTOS CARDOSO

O PROCESSO AVALIATIVO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (EJA) DOS ALUNOS PRIVADOS DE LIBERDADE.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos para Professores do Sistema Prisional, da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito necessário para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria José Barbosa

**Fortaleza–Ceará
2012**

O PROCESSO AVALIATIVO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (EJA) DOS ALUNOS PRIVADOS DE LIBERDADE.

Adriana Maria dos Santos Cardoso

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em ____/____/____

Profª. Drª. Maria José Barbosa
Orientadora

Adriana Maria dos Santos Cardoso
Orientanda

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Coordenador do Curso

Profª. Drª. Maria José Barbosa
Coordenadora Pedagógica

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família e amigos pela ajuda e compreensão que me foi dada. Em especial aos meus filhos pela compreensão que dispensaram quando permaneci ausente do lar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida, que me concedeu a graça de estar vivenciando mais uma vitória.

As minhas amigas Vanda Façanha, Nadedja Alburquerque, Renata Glícia e meu xodó João Paulo que para sempre estarão ocupando um espaço no meu coração.

À minha mãe, a qual deu aos seus filhos o seu maior tesouro: seu exemplo de vida, a qual devo todo o retorno que em mim foi confiado.

Ao homem da minha vida, que me dá forças para que eu prossiga diante das adversidades.

“Toda e qualquer ação avaliativa é carregada de intenções reveladoras de postura de vida.”

JUSSARA HOFFMAN.

RESUMO

A finalidade deste trabalho é investigar as dificuldades encontradas pelo professor no processo de avaliação no âmbito do Ensino Fundamental (EJA), no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, instituição que abriga com adolescentes em conflito com a lei. Justifica-se a escolha deste tema o intuito de que o processo avaliativo leve os educadores a refletirem sobre a sua atuação na prática docente e na busca do rendimento escolar desejado. Avaliar não é tarefa fácil nem tampouco se caracteriza por ser um momento estanque no processo de ensino e aprendizagem. O ato de avaliar vem sempre acompanhado por dificuldades, desafios e conflitos. As concepções do processo avaliativo anunciadas pelos autores referidos no trabalho aqui desenvolvido, tais como: Santana (1995), Hoffman (1996), Saul (1998), os PCN's (1997), Gadotti (1997) e outros, favoreceram à conclusão de que a avaliação constitui o caminho que se dispõe a procurar o real sentido que tem a escola, suas propostas e perspectivas, visando analisar o sistema educacional no seu contexto geral e, em específico, analisar o processo ensino-aprendizagem no que diz respeito aos alunos em privação de liberdade. No processo avaliativo escolar, principalmente nos centros educacionais, a afetividade do educador deve ser ressaltada. Quer queira ou não, a avaliação envolve a simpatia pelo aluno ou, ao contrário, a repulsa por ele.

Palavras-chaves: EJA - Avaliação - Afetividade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

CECAL – Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider

EJA – Educação de Jovens e Adultos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O PROCESSO AVALIATIVO E O RENDIMENTO ESTUDANTIL.....	13
2.1. AVALIAR OU MENSURAR?.....	13
2.2. O PROFESSOR AVALIADOR	18
2.3. AS FASES DA AVALIAÇÃO.....	20
3. O PROCESSO AVALIATIVO COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO.....	23
3.1. A SALA DE AULA.....	23
3.2. A DEMOCRATIZAÇÃO NA SALA DE AULA	26
3.3. O PROCESSO AVALIATIVO E A APRENDIZAGEM ESCOLAR NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	29
4. A ESCOLA COMO LOCAL PROPÍCIO PARA O PROCESSO AVALIATIVO	33
4.1. A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO E OS SUJEITOS DA EJA.....	34
4.2. OS INSTRUMENTOS ESCOLARES PARA AVALIAR O RENDIMENTO ESTUDANTIL.....	35
4.3. PROCESSO AVALIATIVO: DESAFIOS E DIFICULDADES.....	39
4.4. COMO AVALIAR NA SALA DE AULA?.....	42
5. A AVALIAÇÃO REALIZADA NOS CENTROS.....	46
5.1. A AVALIAÇÃO REALIZADA NOS CENTROS A PARTIR DO OLHAR DOS EDUCADORES.....	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
APÊNDICE	54

APENDICE A: MODELO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES

1. INTRODUÇÃO

A avaliação escolar hoje está sendo um dos grandes problemas enfrentados pelos educadores das escolas públicas brasileiras e não difere da realidade da educação nas medidas socioeducativas que vem se tornando um grande desafio. Os educadores, em sua maioria, alegam vários problemas para o baixo rendimento da avaliação escolar, dentre eles: alunos privados de liberdade, desinteressados, preguiçosos, baixa autoestima, falta de acompanhamento, da família, pais não alfabetizados e outros. Questões desta natureza servem para tecer uma reflexão sobre o processo de avaliação do rendimento escolar do estudante.

A finalidade deste trabalho é investigar as dificuldades encontradas pelo professor no processo avaliativo no âmbito do Ensino Fundamental (EJA) no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, instituição que abriga adolescentes e jovens em conflito com a lei.

Justifica-se a escolha deste tema o intuito de que o processo avaliativo venha propiciar aos educadores a refletirem sobre a sua atuação na prática docente e na busca do rendimento escolar desejado. Avaliar não é tarefa fácil e nem tampouco é um momento que ocorre separado do ensino e da aprendizagem, mas um processo que fornece informações para professores, alunos e pais, compreenderem como esta se dando sua prática ou como está se desenvolvendo a sua aprendizagem. O ato de avaliar vem sempre acompanhado por dificuldades, desafios e conflitos.

O rendimento escolar do aluno será a consequência de uma postura renovada do educador, de sua prática docente. Condiz com as teorias que norteiam o processo no Ensino Fundamental, sem perder de vista a melhoria do rendimento, a inserção dos educandos nos segmentos da EJA, e ainda os fatores positivos e negativos do rendimento de cada um.

Nota-se o quanto o processo avaliativo é importante na prática docente, não apenas para diagnosticado rendimento do aluno, sua retomada para ressocialização, mas para dar subsídios ao professor de como trabalhar os conteúdos ministrados para atender melhor ao aluno. Dessa maneira, avaliar representa um ato desafiador.

Para o professor, é sempre um momento em que ele demonstra a sua sensibilidade para com a aprendizagem do aluno e com os rumos que ele toma em sua trajetória educacional, o processo avaliativo é uma postura que conduz o aluno para o sucesso ou para o fracasso, mediante a dimensão que se projeta para o educando.

Na intenção da escola para os alunos das medidas socioeducativas o processo avaliativo tem sempre representado suas dificuldades e desafios a serem enfrentados por todos os segmentos escolares de maneira a tornar o trabalho educativo mais eficiente. O próprio planejamento escolar posiciona-se no sentido de fazer com que este tema seja cada vez melhor enfatizado.

O processo avaliativo da aprendizagem tem feito surgir questionamentos, reflexões, estudos, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino, e que reflita nessa avaliação, um melhor desenvolvimento da escola atual.

Lembrar a avaliação no seio escolar em estudo todo um conjunto de fatores que vão do individual ao coletivo. O conceito que cada educador e educando tem acerca da avaliação como seu reflexo frente a um mundo em constante transformação, a uma escola repleta de problemas e um sistema educacional a beira da falência. Tem sido significativo para gerar um efeito positivo na aplicação do processo avaliativo.

A nova pedagogia vem cada dia mais avançando em estudos significados, no que consiste a formação de uma nova proposta de ensino moderno condizente com a realidade sócio-política e econômica do educador, visando favorecer a este, um mundo mais propício e motivador aos agentes do processo educativos.

As concepções do processo avaliativo anunciadas pelos autores referidos no trabalho aqui desenvolvido, tais como Santana (1995), Hoffman (1996), Saul (1998), os PCN's (1997), Gadotti (1997) e outros, favoreceram à conclusão de que a avaliação constitui o caminho que se dispõe a procurar o real sentido que tem a escola, suas propostas e perspectivas, visando analisar o sistema educacional no seu contexto geral e, em específico, analisar o processo ensino-aprendizagem.

Dessa maneira o processo avaliativo no Ensino Fundamental deve ser repensado pelos educadores para um maior rendimento dos internos, observando como o mesmo interfere proporcionalmente no rendimento escolar, verificando quais

as necessidades urgentes a serem formulados na estrutura funcional da unidade em que a escola está inserida.

Refletir sobre o processo avaliativo no Ensino Fundamental (EJA) é de grande importância para o trabalho do educador, e para a melhoria de qualidade no ensino dessas medidas socioeducativas. A avaliação deve adequar-se a natureza da aprendizagem, levando em consideração não só resultados das atividades realizadas, mas o que ocorreu no caminho, ou seja, o processo de aprendizagem.

A monografia ficou organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo investiga o processo avaliativo e o rendimento estudantil, questionando a realidade da avaliação ou simples mensuração dos conteúdos. Apresenta a postura do professor avaliador e as fases da avaliação no âmbito do contexto educacional.

O segundo capítulo analisa o processo avaliativo como motivador da democratização, inicialmente no contexto da sala de aula, sendo um meio eficaz do exercício da autonomia e da participação.

O terceiro capítulo aborda a escola como local propício para o processo avaliativo, tendo em vista os instrumentos escolares para reconhecer o rendimento estudantil. Mostra os desafios e as dificuldades inerentes do ato de avaliar e propõe uma reflexão sobre a avaliação em sala de aula quando estes alunos estão privados de liberdade, Como proceder e como torná-la eficaz.

O quarto capítulo representa o processo metodológico na realização deste capítulo, o acesso às obras dos autores mencionados, como todo o esforço em tornar claro o objetivo e a justificativa desta monografia. Comporta este capítulo, primeiramente da pesquisa bibliográfica, na consulta aos autores e, depois, na investigação aos pesquisados, caracterizados na pesquisa de campo.

2. O PROCESSO AVALIATIVO E O RENDIMENTO ESTUDANTIL

O problema que aflinge o avaliar dentro da unidade não se restringe ao momento de se poder destacar com precisão que um determinado aluno obteve uma dada nota, mas sim se este aluno tem se superado no processo de aquisição de seus conhecimentos, pois nesta construção dialética parte do sujeito o interesse em assimilar aquilo lhe é necessário e satisfatório. Estes resultados com certeza são de grande valor no momento em que o professor passa a determinar a capacidade do trabalho desenvolvido baseando-se nos procedimentos atitudinais como: Interação, interrelação dentre outros, levando em conta o tempo e espaço dos alunos privados de liberdade. É a síntese de toda a sua vontade de alcançar os objetivos planejados.

2.1. Avaliar ou mensurar?

Uma parte do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência deste com os objetivos propostos, orientado a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes deve corresponder aos ideais dos alunos, mesmo que os alunos não saibam que existam. Cabe ao professor fazer com que venham à tona no processo ensino-aprendizagem.

Santana (1995, p.19) após um levantamento de definições com relação ao tema do estudo, conclui:

Avaliar é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as manifestações do comportamento e rendimento do aluno, do educando, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento, se o professor seja teórico (mental) ou prático.

Considerando a definição anterior, Luckesi (1994) parte para um questionamento, ou seja, ele pergunta até quando o processo de avaliação pode configurar um instrumento de coação para o indivíduo. A pergunta proposta revela o

fato se que o estudante possui consciência de que a avaliação pode funcionar como mecanismo de auto-defesa por parte do professor, vindo assim a ser considerado pelo educando como um meio de condenação ou absolvição.

Hoffman (1996, p.27) enuncia que a avaliação educacional, a meu ver, se configura em mito e desafio. “O mito e decorrente de sua história que vem perpetuando os fantasmas de controle e do autoritarismo há muitas gerações”.

O processo de avaliar decorre sempre um aspecto mítico que envolve uma retomada por parte da escola que deve buscar amenizar o clima que norteia a avaliação escolar neste contexto, os resultados do processo avaliativo devem caracterizar como resultados positivos para a eficácia escolar. Falar em avaliação do processo ensino-aprendizagem leva em consideração o nível de aprendizagem do educando, ou seja, ter consciência do que o aluno aprendeu tendo o cuidado de diagnosticar, controlar e classificar, dando ênfase às três fases da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica tem como finalidade evidenciar o grau de conhecimento que o aluno já tem seus pré-requisitos e particularidades que consiste a aprendizagem. Esta avaliação acontece no início de cada unidade.

A avaliação formativa ocorre no transcorrer de todo o processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo principal acompanhar o rendimento de aprendizagem e a organização do ensino. Nesta fase o desenvolvimento do aluno deve ser observado pelo professor durante a aprendizagem.

A avaliação somativa tem sua proposta de classificar o aluno no final de cada unidade, esta se processa no final de cada atividade escolar, ou seja, na conclusão de um curso em que o aluno é submetido à avaliação classificatória.

LUCKESI (1990, p.52) diz que:

A avaliação não seria somente um instrumento para aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para sua aprendizagem.

Os critérios da avaliação são utilizados para a verificação da efetividade do procedimento. O primeiro passo a ser articulado na avaliação é o término do conteúdo a ser avaliado.

É importante que se tenha consciência das limitações e possibilidades da técnica aplicada no processo de avaliação, para que não possa atender ao educador e sim às expectativas do educando em relação à aprendizagem.

De modo geral a avaliação constitui um processo que contribui para melhorar as decisões do meio educacional tais como: melhoria de ensino, aprendizagem e planejamento. O resultado da avaliação favorece para uma série de questionamentos possa fluir no decorrer da prática escolar, vindo assim a permitir ao educador superar as dificuldades encontradas no meio do sistema de ensino formal.

O problema da avaliação não se limita ao fato de o aluno precisar obter certa nota ou que a média da sala tal. Esses dados são significantes apenas para que o professor possa determinar, em grande parte, a eficiência do trabalho realizado, para saber se o curso e a classe se sentem bem com o tema ou programa, a fim de se passar para outra unidade. O processo avaliativo deve ser sempre um ato emancipativo para que o aluno obtenha sucesso.

Saul (1988, p.48) buscando a identificação da realidade para a proposta de uma “avaliação emancipativa” escreve:

A avaliação da aprendizagem definida como uma das dimensões do papel do professor transformou-se numa verdadeira arma, num instrumento de controle que tudo pode. Através do uso exarcebado do poder, o professor mantém o silêncio, e a disciplina dos alunos.

Atualmente, os índices de reprovação podem ser provenientes da situação educacional social, onde encontramos professores que não se demonstram preparados, que possuem carga horária exaustiva, onde há alunos desinteressados e sala de aula sem recursos necessários para incentivar os alunos e os professores. Neste contexto, torna-se complicado uma educacional de qualidade e um processo ensino-aprendizagem efetivo.

No cotidiano do Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider há um nível de rendimento baixo por consequência das raízes sociais, isso acontece dia-a-dia nos olhares dos professores, alunos, familiares e outros. Como proceder com um trabalho mais produtor para a escola e como conseguir do aluno maior aprendizagem? Sabendo que este é oriundo da marginalização. Isto é, um questionamento que, continuamente a escola deve empreender.

Hoje os educadores e autores que convivem no meio escolar já estão envolvidos em lutas na busca da melhoria do processo ensino-aprendizagem, tem sua atenção voltada para o problema da avaliação principalmente os que atual no Ensino Fundamental dos alunos em privação de liberdade se ressentem da falta de uma sistemática coerentes com as propostas de ensino moderno.

O ato de avaliar no desenvolvimento de uma prática de ensino requer antes de tudo, uma tomada de consciência em relação ao valor e expressão que possui o processo de ensino-aprendizagem. Na prática pedagógica não se pode separar a avaliação do processo de aprendizagem, pois como enuncia Hoffman (1996), Luckesi (1994), e Vasconcelos (1995) entre outros avaliação constitui um meio que o educador dispõe para aperfeiçoar sua prática de ensino, oferecendo ao aluno um maior poder de aprender.

Saul (1998, p.26) ressalta:

A preocupação com a avaliação da aprendizagem, conhecida também como medida, ou avaliação do rendimento escolar, constitui a vertente mais antiga, buscar suas origens é remontar pelo menos ao início do século, aos movimentos dos testes educacionais desenvolvidos com Robert Thordike, nos estados unidos, resgatando o valor de mensurar as mudanças comportamentais.

Não se deve negar que é no trabalho docente que se toma conhecimento de que a prática tem em si condicionante sócio-políticos caracterizados de várias concepções de homem e sociedade, deixando explícitos ou pressupostos que bem demarcam o papel da escola no âmbito social.

A maneira como os professores desenvolvem o trabalho pedagógico, organizando em conteúdos de acordo com os currículos, optando por técnicas de ensino e avaliação interligadas a uma metodologia, expõe de modo claro e objetivo os princípios que norteiam a sua política educacional

A política educacional, por sua vez, deve implementar a prática escolar, direcionando os segmentos da instituição de ensino para realização de uma aprendizagem cada vez mais significativa, fruto de um adequado planejamento.

Na proposta de Libâneo (1990, p.19)

Uma boa parte dos professores, provavelmente a maioria, baseia a sua prática em prescrições que viraram senso comum incorporados, quando de sua passagem pela escola e transmitidos pelos colegas mais velhos, entretanto essa prática contém pressupostos teóricos implícito.

Toda prática pedagógica, por mais qualificada que possa parecer, tem que estar de acordo com a realidade do educando. Neste sentido, é importante fazer com que o adolescente possa entender o mundo que atua, dando-lhe condições de um desenvolvimento individual para retornar melhor na sociedade. Esses aspectos devem ser observados pela escola no momento de sua atividade avaliativa.

Estudar o meio é na realidade uma proposta de subsidiar o indivíduo com sua realidade, na medida em que a criança cresce ao seu meio ela se desenvolve, descobre novos caminhos para desenvolvimento da consciência crítica, tomando parte da questão da educação moderna.

Freire (1980, p.26) considera que conscientização é a mola mestra que constitui a expressão crítica do sujeito capaz de desenvolver suas próprias ações. Ele diz:

A conscientização, mais desenvolve a realidade. Mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão a conscientização não consiste em estar frente à realidade, assumindo uma posição falsamente intelectual. A consciência não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação- reflexão. Esta unidade dialética constitui de maneira permanente ou modo de ser de transformar o mundo que caracteriza.

Todo trabalho pedagógico desenvolvido pelos educadores assim como os métodos e propostas vinculadas com a educação, mais especificamente no que diz respeito as do processo ensino-aprendizagem e ao rendimento escolar para ressocialização estão fundamentadas na filosofia educacional conscientizadora fazendo valer os principais idealizados ao longo do processo de vida.

A avaliação no âmbito da ação ensino-aprendizagem é por demais significativa, pois esta norteará as propostas e projetos em melhoria de qualidade e funcionamento da proposta global da educação formal a ser destinado ao educando.

Somente com uma proposta conscientizadora, poderá obter sucesso no fazer pedagógico, contribuindo para que o processo avaliativo seja um instrumento de democratização escolar.

2.2. O Professor Avaliador

O processo avaliativo deve ter, também, um direcionamento para professor, de maneira que a sua visão sobre este processo aconteça definindo a sua preocupação com o rendimento dos alunos. Não é uma atitude neutra, mas voltada para a qualidade educativa.

Quando se refere ao professor avaliador isso quer dizer que o professor deve saber o requisito sobre avaliação para atender melhor o adolescente durante seu desenvolvimento de aprendizagem.

O sistema social não demonstra estar preocupado que este ser aprenda, já que são investidos poucos recursos para a educação, tanto na parte pedagógica quanto na financeira e outros problemas que ocorrem no âmbito educacional dos alunos em privação de liberdade. O financiamento para educação revela o quanto deve ser ainda investido para que a educação destes infratores seja tratada como algo sério para que haja ressocialização verdadeiramente.

De modo geral a avaliação surge como um ponto de partida para a observação individual de cada aluno no sentido de atender ao processo de construção do conhecimento, considerando as etapas de evolução do pensamento, da procura pela sua cidadania, da área de vivência do cotidiano do aluno. Também é uma reflexão sobre o coletivo, sobre o que se espera da educação no país.

A avaliação, quando é concebida como um processo de ensino-aprendizagem, permite a construção e reconstrução do conhecimento, descobrindo as eficiências e dificuldades dos alunos nos diversos tipos de etapas da construção do conhecimento.

Entretanto a avaliação tem caráter investigatório e processual. A avaliação, assim, não está a favor da nota, mas para contribuir com a função básica da escola que é aprovar o acesso ao conhecimento e, para o professor, transformando um recurso rico de diagnóstico para o trabalho pedagógico.

Evidente, a avaliação assume um caráter contínuo, onde o acompanhamento das atividades escolares ocorrem diariamente, o professor fazendo suas observações individualmente em cada aluno, descobrindo os seus

avanços e dificuldades para possibilitar que os mesmos possam superar as dificuldades encontradas.

Vale ressaltar que durante o desenvolvimento da avaliação, professor e alunos devem estar envolvidos nos mesmos temas para que não haja contradição de ambas as partes. Contanto que o professor não se veja no mundo imaginário e, que o aluno não seja alvo em prejuízos.

Vasconcelos (1994, p.36) explana o seu posicionamento sobre a avaliação.

a avaliação deve ser contínua para que possa cumprir sua função de auxílio ao processo de ensino- aprendizagem, ou seja, a avaliação que importa é aquela feita no processo, o professor pode estar acompanhando a construção do conhecimento pelo educando; avaliar na hora que precisa ser avaliado, para ajudar o aluno a construir o seu conhecimento, verificando os vários estágios de desenvolvimento do aluno e não julgando-os apenas num determinado momento. Avaliar o processo e não apenas o produto, ou melhor, avaliar o produto no processo.

Como bem explica o autor, a avaliação deve ser concebida como uma via que auxilia o processo ensino-aprendizagem, caracterizando-o como um esforço coletivo para o bem comum da entidade escolar.

Um processo de avaliação escolar tem, antes de tudo, que caminhar junto na construção desse pensar na perspectiva da construção da cidadania, com o direito a reflexão do questionamento e não se deixar na memorização de aprender ou repetição de dados. O professor antes de tudo deve ser um bom avaliador para desenvolver suas atividades docentes e estar pronto para atender ao educando numa expectativa de desempenho dentro do ensino aprendizagem. O aluno deve saber o que está acontecendo e que está sendo avaliado a cada momento, e esta avaliação abrange desde a assimilação do conhecimento cognitivo até as atitudes frente aos colegas, professores e instrutores educacionais.

O processo avaliativo deve ter intuito de ajudar na tomada de decisões em relação à comunidade do trabalho pedagógico na ação-reflexão-ação do processo ensino aprendizagem enquanto a atividade que exige tomada de decisões tanto do professor quanto do aluno. A avaliação deve ser entendida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, discutindo sobre o que o aluno aprendeu e o que ainda não aprendeu. Nesse processo, muitas vezes, o erro pode ser correto, dependendo do contexto e da interpretação de cada aluno.

A avaliação é vista como acompanhamento da aprendizagem, é uma espécie de mapeamento que identificando as conquistas e os problemas dos alunos em seu desenvolvimento durante as atividades realizadas, bem como seu comportamento em relação à ressocialização.

O processo avaliativo tem como função de orientar os procedimentos de ensino em sala de aula. É por meio da avaliação que o professor obtém as informações básicas sobre quantos e quais alunos estão conseguindo superar as dificuldades encontradas e de que natureza são. Pensar até que ponto essas dificuldades são relacionadas com o que foi proposto para então replanejar atividades com a intenção de eliminar as dificuldades do educando.

2.3. As Fases de Avaliação.

O processo avaliativo não é algo estático, mas acontece numa dinâmica que caracteriza o próprio cotidiano escolar que está privado de liberdade, a partir de sua realização algumas fases são importantes, para uma análise mais detida de sua eficácia.

Geralmente, os instrumentos de avaliação usados no dia-a-dia na sala de aula são provas, testes ou trabalhos para que o professor possa corrigir, querendo “provar” que aprenderam determinando conteúdo, e que estão aptos a seguir em frente no ano letivo. O professor, por sua vez, ao receber os trabalhos corrige-os e os transforma em nota ou conceito para avaliação do bimestre. Em seguida discute os resultados com os alunos, para que haja uma toma de consciência encontrada.

Se for importante que a avaliação tenha um caráter diagnóstico e contínuo, e precisa, no entanto, ter alguns cuidados, ou seja, acompanhar as atividades que os alunos realizam, analisando com eles seus avanços e dificuldades, ajudando-os a aprender, melhorar suas competências, não se podendo transformar a situações de sala de aula em “tarefas as quais de atribuem notas ou conceitos”.

O professor deve tomar conhecimento das dificuldades enfrentadas por estes alunos e melhorar as dificuldades de alguns deles no sentido de uma

avaliação construtiva. Um trabalho de parceria é de suma importância para que, juntos, professor e aluno descubram o valor do trabalho cooperado.

Segundo orientações dos PCN'S do Ensino Fundamental (1997, p.81):

a avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucesso ou fracasso do aluno é compreendida como um conjunto de atuações que tenha função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno.

Portanto a avaliação da aprendizagem só pode acontecer se for relacionada com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações propostas ao conhecimento prévio dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

A avaliação é um processo, logo não deve ser reservado um tempo determinado na perspectiva de cumprimento das normas letivas. Seria mais proveitoso se ocorresse continuamente, no exame da realidade global educando. Desta forma o processo avaliativo concorre para a constatação real da situação da ala de aula.

A avaliação subsidiará o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser restritos, ajudados ou reconhecidos como adequados para o processo ensino-aprendizagem individual ou em grupo.

Para o aluno, a avaliação é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades, para a reorganização de seu instrumento na tarefa de aprender. Para a unidade, possibilita definir e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

Utilizar a avaliação como instrumento para o desenvolvimento das atividades didáticas requer que ela não seja interpretada como um momento estático, mas como um momento de observação de um processo dinâmico e não linear de construção de conhecimento.

Os questionamentos da Gadotti (1997, p.13) a respeito da importância da escola no contexto social nos falam:

Tanto a educação do homem feudal quanto a educação do homem burguês tem uma finalidade muito bem definida, adaptar as novas gerações a um modelo de sociedade, mas será que a avaliação é apenas isso? Será que apenas um processo de formação do homem pra adaptá-lo a viver numa sociedade " dada"? não existirá uma concepção de educação que, ao contrário, deve despertar as novas gerações para a construção da outra sociedade, uma educação emancipadora que as desafie a construir outra.

O processo avaliativo proporciona á escola conhecer, o desempenho dos alunos, a atuação do professor, como também os conteúdos trabalhados. A própria escola tem a necessidade de avaliar os seus procedimentos metodológicos e pedagógicos, reconhecendo a sua influência para a sociedade. Assim, o professor tem condições de avaliar aquilo que realiza na sala de aula.

Os PCN's (1997, p.45) mostram:

um sistema educacional comprometido com o desenvolvimento das capacidades do aluno, que se expressam pela qualidade das relações que estabelecem e pela profundidade dos saberes constituídos, encontra na avaliação, uma referência á análise de seus próprios que lhe permite redimensionar investimento, a fim de que os alunos aprendam cada vez mais e melhor atingir os objetivos propostos.

Percebe-se, então, que o próprio sistema educacional deve favorecer um processo avaliativo para instituição escolar, capaz de mensurar o rendimento do alunos para que possa também realizar uma autoavaliação de sua postura escolar.

3. O PROCESSO AVALIATIVO COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO

É importante considerar a avaliação como um processo interativo, através do qual, educadores e educandos aprendam sobre si mesmos: a reflexão sobre o desempenho é mais valiosa quando todos participam do processo ensino-aprendizagem dentro da sala de aula e abrangendo toda a escola.

Nesse processo interativo, a avaliação alcança maior objetivo tanto para melhoria do ensino como na busca das políticas educacionais em vários níveis, utilizando o processo ensino-aprendizagem para a construção da cultura autoavaliativa na escola.

A avaliação é, portanto, ao mesmo tempo informativa, não dando ênfase apenas aos resultados, mas principalmente, incentiva um processo de construção que se faz apenas aos resultados, mas principalmente, incentiva um processo de construção que se faz pela reflexão constante e coletiva da prática educativa. Tenta também comprovar o nível de competência político-pedagógico escolar, o trabalho de todos os profissionais que integram o serviço público em prol de uma escola de qualidade.

A maneira como a avaliação se procede passa a ser muito importante, ajudando na melhoria da aprendizagem e na identificação social do papel da escola para esta clientela.

3.1. A sala de aula.

Em primeira instância, professor e aluno devem criar um clima de integração para que nesse processo de integrar-se um ao outro haja as trocas de experiências onde vá proporcionar um ambiente escolar acolhedor, em que os alunos sejam verdadeiros cidadãos críticos e conscientes com total capacidade de querer conquistar um futuro melhor.

A responsabilidade social explícita essencialmente na competência do profissional, é exercida no meio da vida social e política, como toda profissão, a do educador, é um ato político porque se realiza no contexto das relações sociais onde se manifesta os interesses das classes sociais onde se manifesta os interesses das

classes sociais. Numa perspectiva democrática de organização da escola, a participação de todos os segmentos da comunidade educativa é fundamental. No entanto, os professores têm uma responsabilidade social no sentido de desempenharem adequadamente sua função pela busca de melhores condições de vida e de trabalho e uma ação conjuntiva pela transformação das condições gerais da sociedade.

Alguns autores afirmam ser a avaliação um movimento de aproximação entre professor e aluno, manifestando em casa um o desejo de crescimento, onde possam contribuir para o rendimento mútuo. Dentre esses autores, vejamos o pensamento de Luckesi (1993, p.36) que revela.

“ a avaliação por si, é um ato acolhedor, interativo, inclusivo. Para compreender isso importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro, excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação para, então, ajudar a qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte a mudança”.

Com isso o autor quis demonstrar que a avaliação deve ser o momento do professor se aproximar do aluno e este do professor, de maneira que se intensifique mais o processo de ensino- aprendizagem, no intuito de que os objetivos propostos sejam alcançados. Assim, a avaliação, na relação entre professor e aluno, deve manifestar-se na intenção mútua de crescimento nos conhecimentos trabalhados pela escola. É importante que a escola intensifique essa relação de maneira a vigorar um ensino de qualidade que prepare o aluno para o exercício da sua volta a sociedade.

O processo de aprendizagem compreende também a interação dos alunos entre si, essencialmente a socialização. Assim, sendo as orientações didáticas apresentadas enfocam fundamentalmente a intervenção do professor na criação de situações de aprendizagem coerentes com a concepção.

Essa concepção didática é um instrumento de fundamental importância na medida em que possibilita e conforma as relações que os alunos e educadores estabelecem entre si, com o conhecimento que constroem dentro da escola.

A vocação de definir significado da prática da avaliação ou ação educativa tem causado grande preocupação e debate entre os educadores notáveis e com formação diversa, para o processo de avaliação educacional.

Desde a origem da educação os especialistas em avaliação estão muito preocupados, sobretudo, em criar críticas e paralelismo entre ação-avaliação e diversos movimentos pedagógicos, deixando de propor expectativas concretas ao educador que deseja exercer a avaliação para a melhoria da educação e da qualidade de ensino.

No Brasil, as primeiras práticas docentes e os modelos de ensino sofreram influência dos religiosos, principalmente os jesuítas, nessa área. Na verdade, havia uma centralização da figura do professor como dominador e transmissor de um saber que ele possuía, mas não produzia.

No seu verdadeiro sentido, a avaliação sempre faz parte do processo de ensino-aprendizagem, pois o professor não pode propiciar a aprendizagem se ele não estiver constantemente nas condições de interação com seus alunos. A construção do conhecimento do aluno não pode ficar esvaziada sem a interação do professor-aluno.

Essa adequação as necessidades de cada escola deve ser oferecida pelo professor na intenção de favorecer um melhor e maior andamento na apreensão dos conteúdos pelos alunos.

Na relação que ocorre entre o professor e o aluno, a avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

Portanto, a avaliação escolar deve adequar às situações didáticas propostas dependendo de suas necessidades e dos alunos, para o professor poder oferecer um maior e melhor andamento na apreensão dos conteúdos trabalhados durante a realização de suas atividades.

É bom lembrar que tomar a avaliação nessa perspectiva e em todas essas dimensões requer que esta ocorra sistematicamente durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não somente após o fechamento de etapas do trabalho, como é o habitual. Isso possibilita ajustes constantes, num mecanismo de regulação

do processo de ensino e aprendizagem, que contribui efetivamente para que a tarefa educativa tenha sucesso

Apesar de todos os avanços ocorridos na educação, com o surgimento de muitas teorias e práticas vivenciadas, o pensamento pedagógico brasileiro tem estado desvinculado das questões mais importante no que concerne à problemática da avaliação escolar. Tal fato tem acarretado grandes entraves na melhoria da qualidade de ensino, aumentando os índices elevados da reprovação escolar e as absurdas taxas de evasão. Numa apreciação mais apurada da formação histórica da avaliação no Brasil, ainda apresenta-se grande atraso no ato de avaliar como processo diagnóstico e contínuo, principalmente quando se trata de alunos privados de liberdade.

No posicionamento dos PCN' s (1997, p.82) a avaliação deve ser uma meta definida no ano letivo escolar, porém obedecendo aos critérios definidos pelo professor.

É importante e claro que a avaliação inicial implica a instauração de um longo período de diagnóstico, que acabe por se destacar do processo de aprendizagem que está em curso, no qual o professor não avança em suas propostas, perdendo o escasso e precioso tempo escolar que se dispõe. Ela pode se realizar no interior mesmo de um processo de ensino e aprendizagem, já que os alunos põem inevitavelmente em jogo seus conhecimentos prévios ao enfrentar qualquer situação didática.

Sendo assim, o processo da relação professor-aluno ocorre numa interação contínua onde todos aprendem de forma bem ampla e de acordo com as ideias que cada pessoa constrói ao longo da caminhada educacional.

3.2. A Democratização na Sala de Aula

Percebe-se, nitidamente, que o ambiente propício para o desenvolvimento da democracia é a sala de aula. Local privilegiado para a troca de ideias, vivência de aprendizagens e uma série de intercâmbio cultural.

Na verdade, a sala de aula é o local por excelência para que o professor exponha o conhecimento adquirido ao longo de sua qualificação e o aluno se coloque na atitude de aprender de aprender, não por passividade, mas como uma postura de interesse e motivação.

Como explica Buffa (1998, p.57:)

Nesta direção, a prática educativa moderna reflete uma concepção do convívio social, das relações indivíduo- sociedade e da cidadania que contém elementos do romantismo e da sociologia positivista que tanto enfatizaram a educação, ora como elemento de defesa do indivíduo frente ao social, ora como elemento de integração do indivíduo no social, reduzindo à unidade moral, à coesão, à integração e à cooperação.

A prática educativa deve favorecer ao educando mudanças em sua postura, tanto individual quanto social, compreendendo o ambiente que convive, as dificuldades que enfrenta e os desafios que é chamado vencer, o espaço escolar deve favorecer ao educando esta condição.

A democratização em sala de aula deve permitir que a troca de informações não aconteça somente no âmbito conteudista, mas pautada na liberdade da opinião, na troca de ideias e na construção coletiva existente na sala de aula.

Na escola, o processo de participação coletiva se dá, de um lado, a nível individual, na medida em que os indivíduos adquiram conhecimento da realidade e se habilitam para enfrentá-la. E, de outro, a nível do grupo social, pela interferência organizada dos indivíduos para mudá-la, uma vez que o conhecimento produz alterações nos modos de sentir e de se inserir nessa realidade.

A escola, na pessoa de seus seguidores, deve trabalhar o educativo com a certeza de abordar uma ação cuja natureza se articula diretamente com a realidade vivida pelos educandos, pois essa articulação, aliada a uma dada concepção de mundo, direciona para que estes retornem a sociedade homens melhores.

A educação escolar não pode ser pensada como algo neutro em relação ao mundo, mas como algo que produz, na própria dinâmica, caminhos diferenciados para a ação social concreta em função de interesses e necessidades dos próprios adolescentes. Quando um indivíduo se prepara de maneira adequada para o exercício de uma atividade profissional, ele produz uma primeira mudança na sua relação com o mundo do trabalho. Ao adquirir novas habilidades profissionais, ele tanto poder mudar de trabalho e de emprego, como pode reivindicar condições

mais adequadas de trabalho e de salário , para o que ele se encontrar melhor preparado.

De acordo com Rodrigues (1991, p.36)

É preciso democratizar a escola, eis aí uma das propostas mais requisitadas no debate educacional hoje, tanto para educadores que militam no ensino superior, como para os que trabalham na educação básica; e também para pesquisadores, dirigentes educacionais, líderes de instituições ou de associações que congregam profissionais da educação, professores, enfim, todos que se acham envolvidos, de uma ou de outra forma, com a questão da necessidade de se democratizar a escola.

A democratização na sala de aula deve acontecer porque toda a atividade educativa é política. Não é exigido um grande esforço intelectual para que compreendamos que, assumida a função da educação escolar como a de preparar o educando para o pleno exercício da cidadania, toda a atividade educativa se encontra comprometida com uma função política.

É necessário colocar a questão da democratização em torno da definição dos objetivos da escola, e determinar o papel dos agentes educacionais e daqueles que sofrem a ação dos agentes educacionais- os alunos-, bem como o papel que a comunidade pode ter na determinação dos fins de educação, no dia-a-dia da escola, nos problemas específicos da atividade escolar.

Rodrigues (1991, p.40) Acrescenta que:

Acreditamos que a questão da democratização da escola significa um novo debate sobre a função da própria escola e, quem sabe, ao de determinar essa sua nova função, haverá de se requerer uma nova estrutura para a escola (...) no momento em que isso for feito, estaremos restaurando a democracia na escola. Especialmente, estaremos reafirmando a fato de que a democratização não é um projeto para o futuro, mas uma ação para ser iniciada agora.

O processo avaliativo permite ao professor reconhecer que o aluno mantém-se envolvido no processo social e as questões nesse âmbito são, para eles, tidas como importantes, pois é nesta visão que acredita-se na ressocialização.

Assim, não se pode deixar de reconhecer a democracia escolar como importante. É preciso que haja um empenho coletivo, de forma a garantir aos internos uma nítida concepção de que é preciso favorecer um ensino de qualidade.

Segundo Gadotti (1995, p.49)

A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania. A educação para a cidadania dá-se na participação no processo de tomada de decisão”.

Por isso, a eficácia no processo educativo acontece no âmbito do processo avaliativo quando a sala de aula caracteriza-se como um ambiente significativo e democrático, acima de tudo, valorizando as aptidões dos alunos e criando um ambiente de interrelação pessoal.

A sala de aula, portanto, caracteriza-se como sendo aquele ambiente onde aluno e professor definem a prática educativa, a valorização do conhecimento e o significado da escola em suas vidas, mesmo que estes alunos tenham estado tão longe da escola.

3.3. O Processo Avaliativo e a Aprendizagem Escolar nas Medidas Socioeducativas

Sabe-se que a aprendizagem desse educando é sempre um tema bastante discutido, essa preocupação decorre do fato de que o rendimento estudantil está intimamente ligado a metodologia adotada pela escola e da maneira como o processo avaliativo acontece.

Ao aluno devem ser dadas inúmeras oportunidades para que a aprendizagem escolar aconteça de maneira significativa, priorizando o conhecimento já adquirido tentando mostrá-lo que só a escola lhe trará oportunidades.

O processo de aprendizagem acontece na realidade da escola e os professores devem tomar a consciência de que é algo inerente ao plano humano.

Segundo Freire (2001, p.19)

Aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social. Como dela fazem parte a criação, invenção, linguagem, amor, ódio, o espanto, o medo, o desejo, a atração pelo risco, a fé, a curiosidade, a arte, a magia, a ciência, a tecnologia. E ensinar e aprender cortando todas estas atividades humanas.

O processo de aprendizagem coloca-se na própria vivência do aluno e na capacidade de captar os conteúdos previamente planejados pelo professor que se serve do processo avaliativo para a verificação dos rendimentos dos alunos.

Como esclarece o autor, o processo de aprender e ensinar está intrínseco à natureza humana e faz parte do curso da história. Do qual o homem é seu construtor.

Nessa realidade, o processo de avaliar o rendimento da aprendizagem do aluno, acontece como algo prioritário, representando a própria intenção da escola de ampliar a capacidade de aprender de seus estudantes.

Entretanto, o processo avaliativo pode ser utilizado como um recurso antipedagógico, como um instrumento coercitivo e pautado na pedagogia do exame. O ato de avaliar pode representar uma ameaça a aprendizagem do aluno, de maneira a instaurar em sua trajetória educacional, pânico e aversão a testes e arguições.

Como explica Lima (1995, p.43):

A criança está inteiramente subordinada (indefesa) a este mecanismo. Entretanto, aos jovens e aos pais, abre-se neste detalhe uma brecha para a disputa de poder. Tanto o jovem quanto os pais encontram espaço para questionar o critério de acerto e erro adotado na correção do poder. Mas o professor com certeza possui uma "norma explicativa" que lhe garante a vitória.

Compreendendo que o adolescente não está disponível para a participação no processo avaliativo estabelecido pela escola, deve ser levada em consideração a questão de melhor adaptar o processo de avaliar a realidade do aluno.

Com o intuito de ampliar o rendimento escolar do educando, o processo avaliativo deve corresponder às expectativas do educando, favorecendo uma motivação para quem vai ser avaliado. Avaliar é uma demonstração da escola em sentir-se preocupada com o rendimento que é apresentado durante os meses letivos pelo aluno.

O ato de avaliar deve, definitivamente, caracterizar-se por um momento onde todos os educandos serão testados em sua capacidade de aprender o que foi

estudado num determinado bimestre. Ao contrário, deve ser algo contínuo e voltado para o reconhecimento das potencialidades do aluno frente aos conteúdos explorados no ano letivo. A avaliação no que diz respeito aos alunos privados de liberdade fica mais complicada ainda, pois são inúmeros os fatores que os tornam longe da realidade escolar.

O acompanhamento passo a passo da aprendizagem do educando é um modelo de processo avaliativo e isto resulta numa visão global da capacidade do aluno. Por isso, avaliar deve ser uma rotina escolar.

A dimensão educativa da atividade prática humana decorre da relação entre esta prática e as finalidades que a dirigem: finalidades que, além de impostas ao ser humano pelo império das necessidades físicas imediatas, são impostas pelo ser humano a si mesmo, na condição de ser histórico-social, que constantemente vai se criando no processo de criação de novas realidades. (RIBEIRO, 2001, p.15)

A avaliação do rendimento escolar comporta, também, uma dimensão teórica, mas também prática, em vista de estar voltada para uma análise sociocultural do estudante, capacitando-o a compreender-se no mundo.

A atitude do professor ao avaliar o seu aluno deve ser uma forma de definir os níveis de aprendizagem e de fazer uma autoanálise sobre a sua prática educativa. Desta forma, avaliar o aluno representa, para o professor, uma autoavaliação. Tanto em nível de conteúdo como no nível de conduta.

No entanto, o educador que não assume a postura da humildade, passa a tomar o processo avaliativo como um instrumento de poder, de garantir que a sala de aula é o local onde ele estabelece as leis.

Ribeiro (2001) ainda completa sua reflexão:

Somos, assim, seres com capacidade prática. Porém mais que isto. Somos seres com capacidade teórica-prática e somos seres que, no exercício desta capacidade com vistas ao atendimento de necessidades impostas ou inventadas, damos coletivamente conta de satisfazer a necessidade maior de sermos cada vez mais humanos". (Ribeiro, 200, p.16)

Na efetivação da avaliação escolar, o professor deve usar a criatividade como um recurso didático, promovendo a aprendizagem escolar e demonstrando parceria aos seus alunos.

O processo de avaliação é uma representação do esforço da escola em tornar a prática educativa algo qualitativo e principalmente, desenvolver as potencialidades de cada aluno que perderam a fé em si.

A aprendizagem, por ser algo autônomo, necessita de uma predisposição do sujeito. O avaliar é algo que age na predisposição; daí o fato de ser enfocada com cuidado e sensibilidade. O ato de avaliar é, portanto, um recurso escolar que estabelece regras, determina valores e, acima de tudo, está voltado para o sucesso do aluno.

4. A ESCOLA COMO LOCAL PROPÍCIO PARA O USO DEMOCRÁTICO DO PROCESSO AVALIATIVO.

Os sujeitos da EJA, são homens e mulheres que chegam à escola com valores éticos e morais formados na experiência social e cultural vivenciadas por eles, com traços de vida marcados pela carga excessiva de trabalho, origem, idades, vivências profissionais, ritmos de aprendizagem e estrutura de pensamentos mais diversificados possíveis, formando um público heterogêneo e numeroso. São sujeitos que vivem no mundo do trabalho, muitas das vezes precoce, com responsabilidades sociais e familiares.

Tendo como parte ainda nesse processo, não se pode perder de vista, os jovens que cumprem medidas socioeducativas em regime de privação de liberdade, percebe-se que estes são partes, também, dessa modalidade de ensino. São sujeitos que tiveram necessidades de trabalhar para contribuir na sobrevivência da família, onde muitas vezes tendo que assumir a responsabilidade paterna, no caso de adolescente masculino, indo procurar meios mais fáceis de adquirir dinheiro para suprir as necessidades básicas da família e pessoal se tornando jovens infratores, indo então parar dentro das medidas socioeducativas e cumprir sua pena de acordo com o seu ato infracional, porém tendo todos os seus direitos de adolescente previsto por lei, defendidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A criança e o adolescente têm direito à educação visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Este trecho se encontra no artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim também o Estado fica na obrigação de ofertar a escolarização a estes jovens dentro dos centros educacionais de acordo com a especificidade de cada um, contribuindo para a redução do analfabetismo e sua ressocialização.

4.1. A garantia do direito à educação e os sujeitos da EJA.

Nos centros educacionais a modalidade de ensino possível e que atende a realidade de vida dos socioeducandos sem dúvida alguma é a EJA, já que se trata de jovens fora da faixa etária escolar, que precisam avançar nos estudos ,aproveitando seu tempo de internação,onde também este direito está garantido pela LDB(Lei de Diretrizes e Bases da Educação)que assim descreve:

[...] a EJA como uma modalidade de ensino, nos termos do artigo 37 da Seção V - Da Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 2012).

Percebemos o ganho da EJA ao ser reconhecida como modalidade e o avanço que tem passado ao longo dos anos, quando ocorre uma reforma nos artigos que a ela contemplam na LDB, tirando a visão de que regulamentava apenas os exames. Outro aspecto que demonstra sinal de evolução e de compreensão das

necessidades da escolarização de jovens e adultos e a sua articulação com a educação profissional.

4.2. Os Instrumentos Escolares Para Avaliar o Rendimento Estudantil.

Cada vez mais se amplia a discussão nas escolas sobre formas de avaliar os este problema deve ser uma preocupação de educadores, pais, professores e alunos.

Por que professores, pais e alunos permanecem há tanto tempo como empedernidos defensores da atribuição de notas das escolas? Percebe-se enorme resistência de todos quando algumas escolas pretender modificar a forma de registro de resultados em conceitos ou relatórios descritivos do desempenho.

A questão da atribuição de notas a todos e quaisquer procedimentos dos alunos na escola pode ser seriamente questionada, mais sério, sem dúvida, e o privilégio que se vem fazendo em relação á análise quantitativa do desempenho do aluno, em prejuízo á análise qualitativa.

A grande maioria das escolas privilegia a análise quantitativa e veem as notas assumindo um papel de grandeza, apesar de sua imprecisão e de sua injustiça. Muitos professores, alunos e seus familiares, aceitam e discutem até para que a escola continue a expressar os resultados dos estudos de um ano de um estudante, etapas significativas de seu desenvolvimento pessoal, através das medidas de graus numéricos.

Segundo o PCN's (1997, p.69)

A escola preocupada em fazer com que os alunos desenvolvam capacidades ajusta a sua maneira de ensinar e seleciona os conteúdos de modo a auxiliá-los a se adequarem ás várias vivências a que são expostos em seu universo cultural; considera as capacidades que os alunos já tem e as potencializa; preocupa-se com aqueles alunos que encontram dificuldades no desenvolvimento das capacidades básicas.

Assim a escola está realizando a sua tarefa de avaliadora do processo ensino-aprendizagem de uma forma globalizadora, porque observa o aluno em todas as suas dimensões para assim poder realizar uma tarefa de avaliação. A escola compreende isso porque deve estar voltada para desenvolver as potencialidades do educando as mais variadas que existam, sempre fomentando o desenvolvimento de sua criatividade e exercício de cidadania.

Observando o objetivo da avaliação, podemos afirmar que ela é um processo contínuo, planejando e que deve ocorrer, sempre com vistas a uma tomada de decisão consciente. Ela é um processo porque não pode nem deve ser separada do todo educacional, ela tem que estar presente desde o planejamento, passando pela execução até o ato em si de avaliar e, finalmente a decisão tomada, quer seja para um replanejamento ou passar á frente com os conteúdos, sempre tendo o cuidado da clientela que está se avaliando.

Avaliar não só os alunos, mas também o professor, seus métodos e técnicas, seus planos, seus objetivos e, em um estágio mais avançado, os próprios conteúdos que são dados.

Avaliar para decidir, para partir em busca das soluções dos problemas encontrados. Segundo alguns autores, a avaliação é um processo contínuo, sistemático, compreensivo, comparativo, cumulativo, informativo e global, que permite avaliar o conhecimento do aluno. Outros autores afirmam ser o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos escolhidos no contexto.

Nas definições que se encontram, constataram-se a ênfase ao desempenho do aluno, como se a avaliação devesse voltar-se apenas a isto, sem ver os outros momentos do processo ensino aprendizagem tão importantes na composição de ensino e conseqüentemente, da avaliação.

Menegolla (1994, p.83) Assim se expressa quando conceitua processo educativo:

Educação, ensino, aprendizagem e avaliação (...) são situações e momentos envoltentes durante todo processo educativo, e que se ajudam entre si para atingir os objetivos educacionais. Estes momentos deveriam estar implicados entre si, não podendo ser entendidos e trabalhados separadamente, mas de modo unificado e independente.

Conforme demonstra, a avaliação não deve ser vista como algo que está desvinculado do momento educativo, como se houvesse o momento avaliativo final e só aí fosse haver uma preocupação em avaliar o aluno e proceder, também uma autoavaliação. É importante acrescentar ao que o autor explica que a avaliação deve ser uma meta a ser atingida de forma constante e em todo o momento o professor deve trabalhar a avaliação com os seus alunos.

Sabe-se, portanto, que realizar uma avaliação de forma qualitativa e que veja todos os pontos do aluno é uma tarefa bastante difícil, porque muitos fatores influenciam diretamente na vivência corriqueira da escola. Mas, mesmo consciente das limitações da avaliação escolar, o educador deve estar consciente de seu papel de orientador da aprendizagem dos seus educando, que necessitam de seu auxílio.

O processo educativo envolve claramente a avaliação como meta a ser alcançada por todos aqueles que trabalham na escola e por isso mesmo não necessária.

Nas definições que se encontram, constatam-se a ênfase ao desempenho do aluno, como se a avaliação devesse voltar apenas a isto, sem ver os outros momentos do processo ensino-aprendizagem tão importantes na composição da qualidade do ensino e, conseqüentemente, da avaliação.

Hoffmann (1993, p.32) Enfoca o seu ponto de vista quando relaciona a avaliação com o processo educativo:

A avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo (como é concebida) para se transformar na busca incessante da compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento.

Na convivência escolar, tanto o aluno quanto o professor devem estar voltados para solucionar os problemas que surgem no processo ensino-aprendizagem e a avaliação nasce da necessidade de resolver problemas. Nos assuntos abordados sobre avaliação, vários são os significados que lhes são atribuídos, conforme a concepção de cada autor. Alguns enfatizam a mensuração, outros se voltam para o aspecto concernente à emissão de juízo de valor e, ainda,

existem os que veem a avaliação como ponto de partida para uma tomada de decisão.

De uma forma assistemática, a avaliação faz parte do cotidiano, pois se avalia tudo que está em volta, embora não se dê conta disto; é uma avaliação assistemática, pois não existem métodos ou técnicas, muitas vezes, para esta avaliação mítica ou ingênua.

Na educação, a avaliação tem sido tema bastante discutido, porém de difícil desmistificação. Difícil por construir num problema de raízes profundas, calcadas, inclusive, na nossa história de aluno e formação como professor, onde a concepção de valor dos resultados alcançados estão relacionados. Veem nesse momento, formas estáticas de como avaliar. Dar nota é avaliar, fazer prova é avaliar. Confirma-se aí uma prática autoritária e arbitrária, dando à avaliação um caráter classificatório e "sentencivo".

Sente-se a insatisfação de muitos professores com essa realidade de avaliação como julgamento terminal, porém, mesmo assim, há uma dificuldade enorme de desvinculação dessa concepção, pois se encontraram enraizados em cada um de nós, essas marcas reprodutoras de um sistema educacional injusto e alienante, que, para sofrer mudança consistente e profunda, terá com certeza, que mexer na prática avaliativa vigente, concebida apenas para verificar se o aluno é ótimo, bom, regular ou insuficiente.

Porém mesmo com a angústia dos professores e a vontade de reverter o quadro, esbarra-se em dificuldades maiores, pois, em parte, este problema é estrutural, é do sistema. O que é básico para esta transformação, então, é a sensibilização do professor, a prioridade, e depois de toda a comunidade escolar, para um novo pensamento e uma nova postura no processo de avaliação escolar. O que não pode é continuar no imobilismo, na acomodação, sem nada tentar.

Igualmente deve-se tomar cuidado também para não cair no erro de achar que mudança na avaliação escolar depende de uma mera mudança de critérios e instrumentos, de métodos e meios. O principal é a mudança de mentalidade, é passar à concepção de avaliação como fenômeno abrangente inserido dentro do processo de educação como ação permanente.

Alguns educadores concebem a avaliação como momento totalmente adverso ao de educar, como sendo suas ações desconectadas e sem relação, inclusive procedendo a uma quebra no processo educacional para o início do

momento avaliativo. Ledo engano, pois percebendo a avaliação como processo essencial e inserido dentro da ação educativa, ela passa a ser uma ação reflexiva, dinâmica e real. A avaliação é a reflexão transformadora em ação. Essa ação, que impulsiona as novas reflexões.

Assim, o educador estará procedendo a uma avaliação indagativa, investigativa, acompanhando passo a passo a construção do conhecimento do seu aluno.

Na concepção de avaliação como acompanhamento da construção do conhecimento ao educando, é importante ser observada a construção da sua verdade e a valorização de suas manifestações de interesse, aproveitando, inclusive, os seus erros como possibilidades reais de aprendizagem constante. Educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que se vive para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente.

A avaliação como acompanhamento da construção do conhecimento é uma contraposição à concepção reducionista do julgamento de resultados, onde erros são “pontos” perdidos em um jogo desonesto que leva à reprovação, quando a avaliação é praticada muito mais para atender às exigências formal da escola e do sistema do que pela razão consciente do processo em si.

4.3. Processo Avaliativo: Desafios e Dificuldades

A prática da avaliação da aprendizagem em seu sentido pleno, só será possível na medida em que estiver efetivamente interessada na aprendizagem do educando, ou seja, interessada em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado. Parece um contra-censo essa afirmação, na medida em que podemos pensar que quem está trabalhando no ensino está interessado em que os educandos aprendam.

O sistema social não demonstra estar interessado em que o educando aprenda, a partir do momento em que investe na educação. Os dados estatísticos educacionais estão aí para demonstrar o pequeno investimento, tanto do ponto de vista financeiro quanto do pedagógico, na efetiva aprendizagem do educando.

A avaliação só pode funcionar efetivamente num trabalho com essas características. Sem essa perspectiva de aprendizagem para o desenvolvimento, a

avaliação não terá espaço, terá espaço sim, a verificação, desde que ela só dimensiona o fenômeno sem encaminhar decisões. A avaliação implica a retomada do curso de ação, se ela não tiver sido satisfatória, ou sua orientação, caso esteja desviando. A avaliação é um diagnóstico da qualidade dos resultados intermediários finais; a verificação é uma configuração dos resultados parciais ou finais: a primeira é dinâmica, a segunda é estática.

Para que a avaliação se torne um instrumento subsidiário significativo da prática educativa, é importante que tanto a prática educativa, como a avaliação sejam conduzidas com um determinado rigor científico e técnico. A ciência pedagógica, hoje, está suficientemente amadurecida para oferecer subsídios à condução de uma prática educativa capaz de levar à construção de resultados significativos da aprendizagem, que se manifestam em prol do desenvolvimento do educando.

Considerar a avaliação como um processo no estágio de desenvolvimento em que se encontra o aluno é papel fundamental do professor que procura analisar e melhorar sua prática em relação aprendizagem do aluno.

Avaliar, no sentido contínuo, requer a realização de variadas formas de tarefas e registros que representam dados significativos no processo ensino-aprendizagem.

Realizar várias tarefas diversificadas e investigá-las, teoricamente, procurando entender as razões para as respostas apresentadas, constitui em elementos básicos para uma proposta de avaliação como processo no trabalho pedagógico.

É através de várias situações vivenciadas pelas crianças que eles refletem sobre os seus argumentos iniciais, enriquecem suas ideias e buscam contra-argumentos que oportunizam as descobertas próprias de formular conceitos encaminhadores da aprendizagem.

A avaliação, como ponto de partida, exige a observação individual de cada aluno, atentando-se para o processo de construção do conhecimento, levando-se em conta os estágios evolutivos do pensamento, da área de conhecimento face às experiências de vida do aluno. A avaliação, quando compreendida como um processo, favorece a construção e reconstrução do conhecimento, pois leva o aluno a formular e a testar suas hipóteses no processo.

A avaliação como acompanhamento de aprendizagem é contínua e gradual, identificando as conquistas e dificuldades dos alunos nas diferentes etapas de construção do conhecimento.

Dessa forma, a avaliação tem caráter contínuo, é indispensável o acompanhamento diário das atividades dos alunos, analisando-as, vendo seus avanços e dificuldades, fazendo relação entre o que sabia o que lhe acrescentou e quais as possibilidades para ampliar suas experiências nas áreas de conhecimentos trabalhados.

É vital considerar a avaliação como um processo interativo, através do qual alunos e professores aprendem por si mesmo. A reflexão acerca do desempenho é mais rica quando realizada por todos os envolvidos.

O conhecimento é dinâmico, é um movimento de idas e vindas em que as verdades são provisórias. Descobrir que errar não é pecado leva os alunos a se soltarem, a se arriscarem mais nos trabalhos e tarefas.

O fundamental é que o professor e o aluno, juntos, reflitam sobre os erros, transformando-os em uma situação de aprendizagem para que todos possam concluir. Acerta-se, erra-se, aprende-se, assumem-se riscos e alcançam-se objetivos. Constroem-se conhecimentos.

A avaliação deve servir para subsidiar a tomada de decisões em relação à continuidade do trabalho pedagógico na ação-reflexão-ação do processo de ensino-aprendizagem.

Vasconcelos (1994, p.36) explana assim o seu posicionamento sobre a avaliação.

A avaliação deve ser contínua para que possa cumprir sua função de auxílio ao processo de ensino-aprendizagem, ou seja, a avaliação que importa é a que é feita no processo, quando o professor pode estar acompanhando a construção do conhecimento pelo educando; avaliar na hora que precisa ser avaliado, para ajudar o aluno a construir o seu conhecimento, verificando os vários momentos do desenvolvimento dos alunos e não os julgando apenas num determinado momento. Avaliar o processo e não apenas o produto, ou melhor, avaliar o produto no processo.

Dentro do processo educativo a avaliação pode ser encarada como um meio de fornecer informações sobre o processo, tanto que para que o professor conheça os resultados de sua ação pedagógica como para o aluno verificar seu

desempenho. Mais que entender é deixar claro que avaliar é um processo dentro do processo maior de ensino-aprendizagem e que, por isso mesmo, acontece enquanto este processo está acontecendo. O aluno deve saber o que está acontecendo, que ele está sendo avaliado a todo o momento em que esta avaliação abrange desde a assimilação do conhecimento cognitivo às atitudes frente ao conhecimento, aos colegas e ao professor.

O momento de avaliar deve ser também o momento de questionar, de problematizar, de avaliar o que foi visto. O professor deverá criar formas de avaliações que levem em consideração o raciocínio do aluno, que perceberam sua capacidade de produzir novos conhecimentos e de se autoavaliar. Desta forma, a avaliação cumpre o seu papel no processo de ensino-aprendizagem e estabelece novos caminhos para aqueles alunos que estão se saindo bem, avançar e aprofundar o conhecimento. Aos que não conseguirem ainda bons resultados, deve rever suas avaliações, seus erros, esclarecer suas dúvidas, reavaliar sua postura e novamente submeter-se ao processo avaliativo. Assim a própria avaliação torna-se um momento de aprendizagem.

A avaliação deve ser entendida como parte do processo de ensino-aprendizagem, esclarecendo sobre o que o aluno aprendeu e o que ainda não aprendeu. Nesse processo, muitas vezes o erro pode ser correto, dependendo do contexto e da interpretação.

Ao acreditar que aprender é um processo de construção do conhecimento que envolve, além da informação e da memorização, a compreensão, o raciocínio lógico, o estabelecimento de relações, a capacidade de análise, se síntese, de crítica e de elaboração própria, não vamos ensinar respostas prontas e uniformes.

4.4. Como Avaliar na Sala de Aula?

Uma das questões mais polêmicas do processo educativo é a avaliação da aprendizagem. Para que esta aconteça efetivamente são necessários inúmeros recursos adotados pelo professor.

Embora já esteja em discussão uma nova concepção de avaliação, inclusive algumas experiências já em desenvolvimento, prevalece na escola atual o

sistema de avaliação da escola tradicional: autoritário, burocrático, classificatório, instrumento de poder para o professor.

Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem na escola tem servido mais para punir do que para construir. Grande número de professores ainda se utiliza da nota para impor-se na sala. Distorcendo o verdadeiro sentido da avaliação, esses professores referem-se com prazer ao número de alunos reprovados que, na forma como são apresentados, mais parecem troféus da vitória do mais forte sobre o mais fraco. Em decorrência, a cultura da reprovação continua viva, traduzindo-se em elevados índices que bem demonstram a incompetência da escola no cumprimento de seu papel específico.

Hoffmann (1993, p.42) a seu modo, conceitua avaliação como sendo:

(...) a reflexão transformada em ação, ação essa que nos impulsiona á novas reflexões, reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento, passo a passo, do educando na sua trajetória de construção do conhecimento.

O procedimento do educador diante dos conteúdos estudados juntamente com seus alunos é de uma revisão contínua do que foi apresentado em sala de aula. Essa postura possibilita a diminuição dos erros da maneira adequada encontrada na explanação dos conteúdos para obtenção do sucesso pedagógico.

No processo avaliativo escolar, a afetividade do educador deve ser ressaltada. Quer queira ou não a avaliação envolve a simpatia pelo aluno ou, ao contrário, a repulsa por ele. De uma forma ou de outra, a relação entre docente e discente influencia enormemente no processo avaliativo.

Como enfoca Vasconcelos (1994, p.53)

Avaliação, por ser humana, traz sempre certa carga de subjetividade. De um lado, é praticamente impossível eliminar esta subjetividade, pode-se ter o maior empenho para reduzi-la ao menor grau; daí a importância do trabalho comunitário, estabelecimento de critérios comuns entre os educadores.

Uma das propostas para vencer a subjetividade é compartilhá-la, pois diminui a possibilidade de arbitrariedades na correção dos trabalhos dos alunos e

contribui para a superação do autoritarismo que vem caracterizando a sistemática de avaliação no contexto da escola pública.

Compartilhar não significa eximir o professor de uma função, que devido à proximidade com o aluno, ao acompanhamento por ele realizado, coloca-o na condição de principal avaliador da aprendizagem dos alunos.

Ter oportunidade de conversar com os colegas sobre dúvidas a respeito da necessidade ou não de reprovar determinados alunos pode ajudá-lo na tomada de decisões.

Oportunizar a troca de informações em reuniões ente os professor que acompanham o desempenho dos alunos e aqueles que deverão continuar, no ano seguinte, a evolução das atividades pedagógicas, pode significar uma maneira de compartilhar a responsabilidade da decisão a reprovação.

Trocar pontos de vista sobre o desempenho de determinado aluno no conjunto das disciplinas e não, apenas, numa delas, aproveita aquelas informações nem sempre traduzíveis em notas ou conceitos, levar em conta aqueles mesmo critérios construídos pelos professores com relação à correção contribui para contextualizar a problemática daqueles alunos.

Uma proposta para uma avaliação efetiva seria um trabalho compartilhado entre os professores, de sorte a manter ao conhecimento de todos os segmentos escolares a real situação dos alunos. Isso favorece um acompanhamento mais garantido e mais verídico de como está o aluno diante dos conteúdos escolares.

A avaliação não pode acontecer desvinculada do cotidiano escolar e nem tampouco da proposta de vencer as dificuldades existentes no processo de ensino-aprendizagem. É um forte instrumento que viabiliza a própria exposição dos conteúdos e a capacidade docente de assim executá-la.

Desta forma a escola nunca pode se dar por satisfeita no seu processo avaliativo e deve estar consciente de que nesse sentido é sempre uma aprendiz. O importante é conhecer as aptidões dos alunos e criar meios eficazes de encontrar resposta aos apelos educativos que faz no dia-a-dia letivo.

Conforme expõem os PCN's (1997, p.86)

A avaliação, apesar de ser responsabilidade do professor, não deve ser considerada função exclusiva dele. Delegá-la aos

alunos, em determinados momentos, é uma condição didática necessária para que construam instrumentos de autorregulação para as diferentes aprendizagens.

Favorecer aos alunos uma postura avaliativa é garantir-lhes autonomia dentro da sala de aula, como também torná-los responsáveis na proposta educativa da qual fazem parte. Isso também possibilita um reconhecimento da importância da aprendizagem, não comprovada pelos exames, mas também em sua utilização para a vida. O conhecimento ganha uma dimensão social e encontra significado quando utilizado na sua vida comunitária.

5. A AVALIAÇÃO REALIZADA NOS CENTROS

Para realização deste trabalho, realizamos uma pesquisa bibliográfica, reconhecendo a necessidade de averiguar o posicionamento dos autores com relação ao tema abordado.

Sabe-se o quanto o tema avaliação é complexo e como é preciso que se observem os direcionamentos sempre novos com relação ao ato de mensurar os conhecimentos dos alunos.

Na procura de construir o pensamento norteador desde trabalho, muitos autores foram pesquisados, tentando compreender os estudos realizados por eles, delimitando o tema partindo da realidade da sala de EJA, de uma unidade de medidas socioeducativas. Desta forma, a realidade da avaliação é muito característica de cada realidade escolar, principalmente quando se procura enfatizar o perfil do aluno, mesmo sabendo as dificuldades encontradas em alunos privados de liberdade.

Sabe-se que muito tem se trabalhado no sentido de favorecer um ensino de qualidade. Entretanto, quando se fala de avaliação, autores são unânimes no sentido de apresentar a avaliação como um processo, não cabendo somente ao aluno ser avaliado, mas toda a instituição escolar.

Com a finalidade de reconhecer o posicionamento dos autores, primeiramente procurou-se realizar uma catalogação das obras dos teóricos, com a finalidade de reconhecer o grau de importância de cada um deles. Após a catalogação das obras dos autores, selecionando aqueles que se relacionavam com a questão proposta, procurou-se realizar a leitura dos livros. Partindo desta premissa, a leitura das obras foi acompanhada do fichamento das ideias principais do livro, percebendo a importância dada ao processo avaliativo.

Após a realização dos fichamentos, compomos o texto monográfico, procurando observar os tópicos iniciais propostos mediante a realização do projeto de pesquisa. Obedecendo aos direcionamentos tomados no projeto, realizou-se a construção textual.

A construção do corpo monográfico obedeceu ao pensamento que desejava amadurecer pelo contato com os autores. De acordo com o que se percebe da monografia, procurou-se reconhecer o processo avaliativo e sua relação

com o rendimento estudantil de alunos de EJA, em privação de liberdade, questionando-se: avaliar ou mensurar? Eis um dos grandes desafios da avaliação, quando, muitas vezes, as práticas avaliativas se resumem no ato de medir os conhecimentos dos estudantes. Também fez parte deste primeiro tópico, as avaliações. Neste sentido levou-se em consideração o posicionamento de Santana (1995), Hoffmann (1996), Vasconcelos (1995), e Saul (1998). Estes autores mostram como é preciso mudar os procedimentos avaliativos, apresentados como um empecilho para que a educação aconteça de forma qualitativa.

Após a construção bibliográfica da monografia, ficou acertado a realização de uma pesquisa de campo no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, localizado na Rua Ipaumirim, 830 no bairro Planalto Airton Senna, em Fortaleza, Ceará. A escola está localizada numa área urbana periférica, atendendo a 156 alunos, distribuídos em dois turnos, na modalidade de EJA. A unidade concebe valores a participação de todos os segmentos sociais na vida da escola, através da criatividade e da melhoria da qualidade de ensino, dando oportunidade dos alunos ampliarem seus potenciais, amparados pela escola, já que a família muitas vezes se encontra distante. A unidade conta ainda com setores que acompanham este adolescente, tais como: serviço de odontologia, psicologia, serviço social, advocacia, apoiando no que for necessário para sua volta à sociedade.

A escola assume como visão de futuro uma escola diversificada, abrangendo todos os segmentos, executando um trabalho conjunto, criativo, participativo, reconhecido pelo seu envolvimento com a comunidade (pais e alunos), a equipe de trabalho (professores, funcionários e núcleo gestor) e pela qualidade do ensino. Assim a missão da escola é formar um cidadão reflexivo, consciente dos seus direitos e deveres, preparado para o exercício pleno da cidadania e de sua função social na sociedade, como também oferecer um ensino de qualidade, dando-lhe suporte no seu instrumento de luta, que é o saber sistematizado, oportunizando seu ingresso na volta à sociedade e no mundo do trabalho.

Dentro dos objetivos estratégicos, a unidade vislumbra em sua proposta pedagógica (2000):

- a) Melhorar o processo Ensino e aprendizagem.
- b) Estimular o interesse em dar continuidade aos estudos.
- c) Fortalecer o clima escolar, a convivência, bem como o padrão de ensino, para que este aluno possa voltar ressocializado para a sociedade. Nesse sentido, o poder

delegado na construção do saber passa a ser, hoje em dia, um dos poderosos instrumentos de cidadania. Será um saber contextualizado e referenciado no cotidiano das pessoas, e associado às questões da sua formação política, cultural e social.

Certamente, ocorrerá grande crescimento no interior da unidade que, cumprindo sua função social, concorrerá para o aumento da autoestima do aluno e para a formação de um cidadão reflexivo, integrado consigo mesmo e com a sociedade que lhe aguarda. Para efetivação da pesquisa de campo, foi aplicado um questionário com os professores da 5^o a 9^o série dos turnos manhã e tarde da referida unidade, procurando averiguar os recursos adotados no processo avaliativo, bem como a percepção destes alunos sobre a metodologia da avaliação na unidade. As respostas dos professores pesquisados estão dispostas a seguir.

5.1. A avaliação educacional realizada nos centros a partir do olhar dos educadores

A primeira pergunta do questionário aplicado aos professores, assim se expressava: “ qual a sua concepção sobre Processo Avaliativo?”. As respostas obtidas foram às seguintes:

O processo avaliativo ocorre quando o professor avalia o aluno em sua totalidade, percebendo da etapa inicial até o final de seu desenvolvimento, de sua aprendizagem, é que esta sua avaliação deve acontecer no cotidiano da sala de aula.

Diante das afirmações acima verifica-se que, a avaliação é um processo contínuo, sistemático e diagnóstico. Ocorre quando o professor avalia o aluno em sua totalidade e não por parte, levando em consideração a realidade dos jovens privados de liberdade e seu desempenho diário em todas as atividades desenvolvidas, com participação, interesse e responsabilidade.

Quais as suas maiores dificuldades no ato de avaliar sabendo da clientela que você ensina?

Nesta pergunta os professores relataram que: As grandes dificuldades no ato de avaliar não estão só na hora de registrar avanços e dificuldades, mas também ao fazer as intervenções pedagógicas, pois, há alunos que sentem dificuldades em aprender, mesmo sendo muito esforçado ou ainda aqueles que não demonstram nenhum interesse em aprender, isso é a parte mais complicada, fazer as intervenções necessárias para que o aluno possa refletir.

A fim de compreender a visão do professor em relação aos critérios avaliativos, foi feito o seguinte questionamento: Como ele acredita que deva ser sua postura no ato de avaliar o aluno que cumpre medida socioeducativa?

Sobre a postura do professor foram unânimes em dizer que deve ser democrático, atuante, flexível, com uma postura crítica construtiva, onde seja capaz de fazer entender o real sentido da educação. O professor apesar de ter alunos privados de liberdade, não deve levar a avaliação considerando a indisciplina dos alunos na sala de aula, e sim acompanhar o seu desenvolvimento para que este se encontre no tempo perdido. O olhar do educador tem que ser diferenciado, levando em conta toda a estrutura desse discente, para que no ato de avaliar vendo como um todo, em vez de ajudar, não venha prejudicá-lo.

Por fim foi perguntado: É diferente a realidade da escola regular com a da escola dentro das medidas socioeducativas?

Para alguns professores a realidade é a mesma, já que os alunos privados de liberdade são oriundos da escola pública. Outros acrescentaram que a grande diferença é que você lida somente com alunos que estão fora da escola há muito tempo, a maioria foram expulsos, não gostam de estudar, usuários de drogas, apreciadores do crime, ou seja, uma gama de fatores que diferencia dos alunos a escola regular, sem contar que até na hora de executar o que foi planejado é complicado porque tudo é muito imprevisível, nunca sabe se o que foi planejado para aquele dia acontecerá realmente, diferentemente da escola regular, onde tudo está dentro do que foi previsto.

Em virtude do que foi coletado das falas dos professores ao responderem as perguntas que lhes foram feitas e no posicionamento dos autores em questão, podemos concluir que a avaliação não pode ter caráter sensitivo e classificatório,

deve ter todo o acompanhamento do desenvolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento.

O ideal seria que todo professor, principalmente aqueles que lecionam nos centros educacionais , pudessem favorecer ações educativas para que seus discentes fizessem novas descobertas, impulsionando-os a refletirem sobre suas próprias verdades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do contexto escolar, o processo avaliativo se mostra complexo, partindo da sua perspectiva de obter a qualidade e o êxito de toda uma proposta de ensino fundada no intuito de conscientizar, ressocializar e formar o educando nos mais diferentes aspectos.

Por isso a monografia, abordou a realidade do processo avaliativo no contexto da modalidade de EJA, procurando direcionar para novas perspectivas, especificamente no Ensino Fundamental II, visando a superação das dificuldades e implementando programas de desafios, proporcionando ao estudante sucesso, demonstrou em toda a sua extensão a necessidade de rever os seus propósitos de avaliar o educando, haja vista que a avaliação ainda continua sendo temida pelos alunos e utilizada como um recurso de autoritarismo por parte do professor.

Assim ao longo dos temas, observando sempre o que escrevia os autores consultados, houve a preocupação de formar uma consciência sobre a realidade dos fatos, não somente pela necessidade de revisão de atitudes de muitos educadores que se utilizam da prática avaliativa de forma errônea, prejudicando o andamento do ano letivo.

Portanto, é preciso que a nova postura da escola, qualquer que seja ela refletida nos seus métodos de avaliação, obedeçam aos critérios de formar o educando para o exercício da cidadania e da qualidade do ensino brasileiro.

Nos últimos tempos, o processo avaliativo vem tomando uma configuração marcante na esfera da educação formal, subsidiando aos educadores atuais uma possibilidade a mais de repensar o processo educacional no seu todo, destacando assim, peculiaridades e indícios para a construção de uma política socioeducacional coerente e de acordo com a realidade do educando.

A escola como mediadora dos valores humanos e sociais, se mostra firme quando se lança numa proposta de transmitir conteúdos disciplinares relevantes. No entanto, falha quando aplicam uma prática avaliativa fora dos padrões adequados as condizentes com o educando.

Educar para desenvolver o espírito crítico é o ponto marcante dos novos parâmetros da educação nacional e isso vem sendo realizado de forma tenta e a avaliação tem sua contribuição quando os educadores se voltarem para

conhecer a realidade do educando e de seus limites, os quais demonstram, contar com a constante intervenção do educador.

O processo avaliativo não é um instrumento apenas de comprovação da aprendizagem do educando, mas algo mais é uma ferramenta que serve para a escola refletir sobre sua prática e tornar útil o tempo de permanência do aluno na escola, tempo de investimento e de aprendizagem, de superação e sucesso, de formação e informação, de desempenho e cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUFFA, Éster. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** Ed. São Paulo: Cortez 1998.

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacional, MEC-SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação**. Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. 3ª Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Política e educação**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Escola cidadã**. 4ª Ed. São Paulo, 1995.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação, mito e desejo: uma perspectiva construtivista**. 11ª Ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

_____. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da Pré-escola à Universidade**. 6ª Ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1996

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** de 20 de dezembro de 1996. Acessado em 20 de julho de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990 (Coleção Magistério – 2º Grau, Série Formação do Professor).

LIMA, Adriana de Oliveira. **Avaliação escolar: Julgamento ou construção**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos preposição**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Prática docente e avaliação**. Rio de Janeiro: ABT, 1993.

_____. **Avaliação escolar: para além do autoritarismo**. Revista de Educação. AEC. Abr/Jul, 1994.

MENEGOLLA, Maximiliano. **Avaliar para aprender. Avaliar para avaliar é um ato antipedagógico**. Porto Alegre: Evagranf, 1994.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Educação Escolar: que prática é essa?** São Paulo: Cortez, 1991.

SANTANA, Ilza Martins. **Porque Avaliar? Como Avaliar? Critérios, Instrumentos.** Petrópolis: Vozes, 1995.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipativa: desafio, teoria e prática da avaliação e reformulação de currículo.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Avaliação: **concepção didático-libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo: Liberal, 1994. Vol. III.

Apêndice



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para professores do
Sistema Prisional

APÊNDICE 1

Modelo de entrevista com professores

1. Identificação:

Nome:

Segmento educacional:

- 1) Qual a sua concepção sobre Processo Avaliativo?
- 2) Quais as suas maiores dificuldades no ato de avaliar sabendo da clientela que você ensina?
- 3) Como você acredita que deva ser a postura do professor quando do ato de avaliar o aluno?
- 4) É diferente a realidade da escola regular com a da escola dentro das medidas socioeducativas ?